

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

Guarapari / ES Março/2017



#### Ficha Técnica

**Diretor Presidente** 

José Augusto Ferreira de Carvalho

Assessoria Jurídica

Graciela Vieira de Rezende

Assessoria Técnica

Marleno Medeiros Oliveira

Diretoria Administrativa e Financeira

Attila Teixeira Fialho

Divisão de Administração e

**Suprimentos** 

Vinicius Ribeiro Hoffmann

Diretoria de Benefícios

Márcia Henriques Motta Freitas

Divisão de Gestão Previdenciária

Jacinta Meriguete Costa

Divisão de Pessoal e Folha de

**Pagamento** 

Romilson Travezan

Conselho Municipal de Previdência

2014/2018

Aline Dias Silva

Anselmo Pompermayer Bigossi

Diana Márgara Chácara

Maria Helena Netto

Margarida Maria Pinto Neves

Rodrigo Lemos Borges

Rogério Bodart Rangel

Ronaldo Gomes

Viviane Cristina De Oliveira

Terezinha Vidal







1º Lugar Nacional
Prêmio Boas Práticas de Gestão de RPPS
2010



# **V**ISÃO

Ser referência na gestão e prestação de serviços previdenciários, garantindo a sustentabilidade dos Fundos Previdenciário, Financeiro e Capitalizado, bem como o pleno atendimento dos beneficiários.

# Missão

Atuar de forma responsável em uma gestão democrática e participativa, captando e capitalizando recursos para fortalecer o futuro dos segurados e seus dependentes.

# **V**ALORES

Ética na gestão de recursos públicos;

Valorização do servidor público;

Autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

Dignidade do beneficiário.



# **SUMÁRIO**

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
1.1. ÓRGÃOS COLEGIADOS:	8
1.1.1 O Conselho Municipal de Previdência – CMP:	8
1.1.2 A DIRETORIA EXECUTIVA:	9
1.1.3 Comitê de Investimentos do IPG:	9
1.2 Organograma / Estrutura Hierárquica	10
2. PLANO DE CUSTEIO	10
3. POLÍTICA E GESTÃO DE INVESTIMENTO:	
4. SITUAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA:	17
4.1. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	
4.1.1 – DAS DESPESAS:	17
4.1.2 – DAS RECEITAS:	19
4.2. DAS DISPONIBILIDADES:	38
4.2.1. DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES:	38
4.3. DAS RESERVAS:	39
4.3.1 – TAXA ADMINISTRATIVA:	39
4.3.2 – RESERVAS MATEMÁTICAS:	39
4.3.2.1 – REAVALIAÇÃO ATUARIAL:	
4. PRINCIPAIS AÇÕES:	44
4.1. PLANO DE POLÍTICAS E DIRETRIZES DE INVESTIMENTOS DOS	
RECURSOS PATRIMONIAIS DO IPG 2016:	44
4.2. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS:	44
4.3 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COMPREV:	45
4.4 POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS – PAI:	45
5. ATIVIDADES IMPORTANTES:	46
5.1 PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS:	46
5.1.1 PROPREV	47



5.2 CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E CURSOS DE ATUALIZAÇÃO:	. 48
6. PRESTAÇÃO DE CONTAS E INFORMAÇÕES DO IPG:	. 48
7. AVALIAÇÃO DE GESTÃO	. 49
8. METAS PARA O ANO DE 2017	. 49
9. CONCLUSÃO	. 51



# **APRESENTAÇÃO**

O Governo do Município de Guarapari iniciou as atividades de gestão previdenciária municipal a partir de janeiro de 2005, seguindo os ditames da legislação que dispõe sobre a criação e regulamentação de Regimes Próprios de Previdência para União, Estados, Distrito Federal e Municípios – Lei Federal n.º 9.717/1998 – com destaque para os efeitos da Reforma da Previdência, denominação dada ao conjunto de alterações na Constituição Federal que passaram a viger a partir das Emendas Constitucionais n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, n.º 47, de 05 de julho de 2005 e n.º 70, de 29 de março de 2012. Para tanto, reestruturou o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais – criado por força da Lei Municipal n.º 1.825/1998, com vigência para início das atividades a partir de janeiro de 1999 – editando a Lei Municipal n.º 2.542, de 07 de dezembro de 2005 e denominou o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari / ES - IPG, organizado sob a forma de Autarquia com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, como Unidade Gestora Previdenciária Única, responsável por administrar os Fundos Previdenciários e a garantir aos servidores públicos, bem como aos seus dependentes, dos Poderes Executivo, Legislativo, inclusive suas Autarquias e Fundações, prestações de natureza previdenciária, no tocante a garantia de aposentadorias e pensões.

Este relatório demonstra, de forma sucinta, as principais atividades, resultados e linhas de atuação do *Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari / ES – IPG*, no exercício de 2016.



#### 1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O IPG é uma Autarquia Municipal, dotada de Personalidade Jurídica de Direito Público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e é parte integrante da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal, tendo como finalidade precípua prover os recursos para a prestação de natureza previdenciária efetuando, no mínimo, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte aos seus segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

A organização administrativa do IPG tem a seguinte estrutura básica:

## 1.1. Órgãos Colegiados:

- 1- Conselho Municipal de Previdência CMP;
- 1.1- Comissão de Finanças CMP;
- 2- Diretoria Executiva:
- 3- Comitê de Investimentos do IPG.

#### 1.1.1 O Conselho Municipal de Previdência – CMP:

Criado por força do art. 4.º da Lei Municipal n.º 2.542/2005, é um órgão colegiado consultivo encarregado de acompanhar e fiscalizar a administração do IPG, tendo a seguinte formação:

- I 02 (dois) representantes, com seus respectivos suplentes, do Poder
   Executivo designados pelo Prefeito Municipal;
- II 01 (um) representante, com seu respectivo suplente, do Poder Legislativo designado pelo Presidente da Câmara Municipal;
- III 03 (três) representantes dos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social, sendo 02 (dois) representantes dos servidores em atividade e 01 (um) representante dos inativos e pensionistas, eleitos, com os respectivos suplentes, entre seus pares.





O Conselho Municipal de Previdência encontra-se em pleno funcionamento desde março/2006, com seus membros atuais nomeados por força do Decreto Municipal n.º 463, de 15 de maio de 2014, reconduzidos pelo Decreto Municipal n.º 431/2016 para mais um mandato, reunindo-se ordinária e regimentalmente uma vez por mês, em atendimento ao seu Regimento Interno devidamente ordenado pelo Decreto Municipal n.º 169/2006.

#### 1.1.2 A Diretoria Executiva:

Criada nos termos do art. 7.º da Lei Municipal n.º 2.542/2005, é composta pelo Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Benefícios, sendo todos os membros escolhidos dentre os participantes do RPPS e nomeados por ato do Poder Executivo, sendo a mesma responsável pela gestão do IPG. Com base em seu Regimento Interno – Decreto Municipal n.º 355/2008 – a Diretoria Executiva vem reunindo-se, ordinariamente, a cada trinta dias; o IPG conta ainda com uma Estrutura Administrativa Auxiliar criada através da Lei Municipal n.º 3.349/2011.

#### 1.1.3 Comitê de Investimentos do IPG:

Criado através da Portaria/ IPG n.º 023/2013, de 30 de julho de 2013, instância colegiada de caráter consultivo, cuja finalidade é assessorar a Diretoria Executiva nas tomadas de decisões relacionadas à gestão dos ativos do IPG, observando as exigências legais relacionadas à segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos de acordo com as Portarias MPS n.º 519/2011 e n.º 170/2012, tendo a seguinte formação:

I – 02 (dois) Representantes do IPG; e

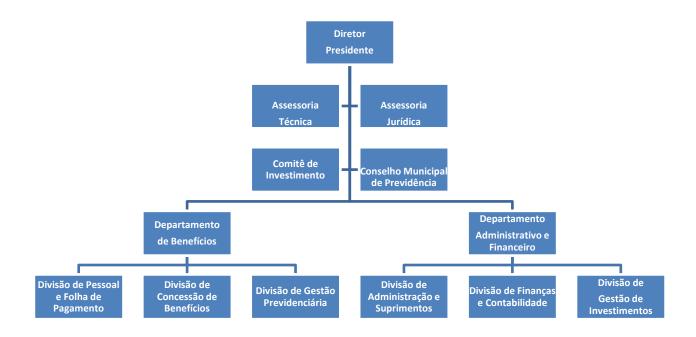
II – 02 (dois) Representantes do Conselho Municipal de Previdência.





O Comitê encontra-se em pleno funcionamento desde agosto/2013, com seus membros atuais nomeados por força da Portaria/IPG n.º 026/2013, de 05 de agosto de 2013, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2013.

#### 1.2 Organograma / Estrutura Hierárquica



#### 2. PLANO DE CUSTEIO

Seguindo os critérios atuariais emanados pelo Ministério da Previdência Social, o Município editou a Lei n.º 3.024/2009, que vigorou até 30/09/2015, quando foi revogada pela Lei Nº 3.971/2015, aonde foram estabelecidos o custo previdenciário normal e suplementar, além dos critérios de financiamento para o RPPS, para tanto, a massa funcional foi segregada e criados dois fundos previdenciários, sendo um de caráter permanente, chamado de Fundo Previdenciário Capitalizado, assegurando, com responsabilidade do RPPS,





benefícios de aposentadorias e pensão por morte aos servidores concursados ingressos a partir de 29 de dezembro de 2005; e outro de caráter temporário chamado Fundo Previdenciário Financeiro, garantindo ao atual grupo de servidores ativos, inativos e pensionistas, os benefícios previdenciários também de aposentadorias e pensão por morte. O Município, além de transferir as contribuições patronais, realiza também aportes ao RPPS para o pagamento das atuais folhas de pagamento dos servidores inativos e pensionistas, garantindo uma reserva financeira para compromissos futuros dentro do fluxo de caixa estabelecido nas reavaliações atuariais. Este Plano de Custeio definiu assim as alíquotas de contribuição: Servidores Ativos – 11% (onze por cento), sobre a parcela de remuneração permanente, Servidores Inativos e Pensionistas – 11% (onze por cento) do montante que ultrapasse o teto estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, e o Município participa com 16% (dezesseis por cento) sobre a mesma base de contribuição dos Servidores Ativos. Ressalta-se, que a norma regulamentadora obriga ao IPG dispor mensalmente de parte dos recursos reservados junto ao Fundo Previdenciário Financeiro para o pagamento dos proventos dos integrantes deste grupo de servidores, estabelecido no Plano de Custeio, sem dispensar a responsabilidade do Tesouro Municipal.

Dentre as alterações estabelecidas pela Lei Nº 3.971/2015, destaca-se a autorização, conforme Estudos Atuariais, do resgate de parcela fixa mensal do Fundo Previdenciário Financeiro, no montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), visando complementar o repasse mensal do Município para custear o valor total da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas pertencentes ao referido Fundo, que passou a vigorar em 1º de outubro de 2015.

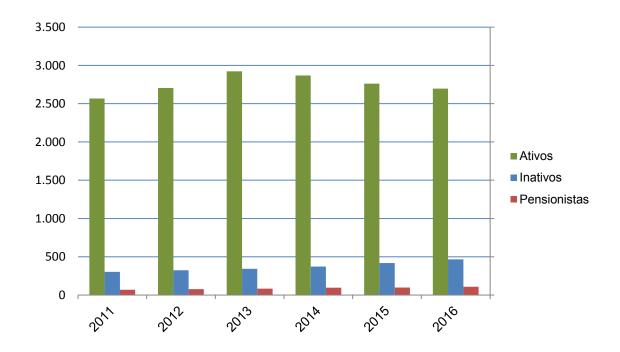




Os segurados efetivos estão assim distribuídos nos últimos 05 (cinco) anos:

Segurados	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ativos	2.566	2.704	2.923	2.867	2.761	2.696
Inativos	302	323	343	372	418	467
Pensionistas	69	77	83	96	99	109
Total	2.937	3.104	3.349	3.335	3.278	3.272

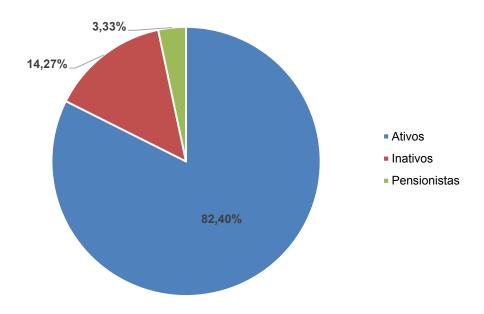
Análise do Crescimento da População Segurada em dezembro/2016:







Distribuição da População Segurada em dezembro/2016:



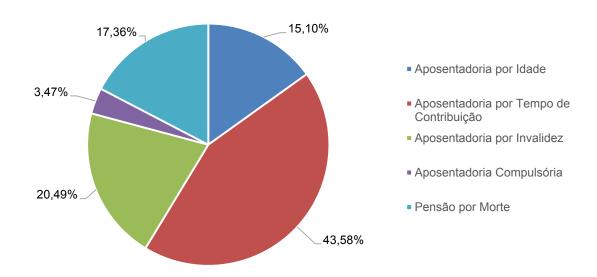
Os benefícios de aposentadoria em dezembro/2016 estão assim distribuídos:

Tipo de Benefício	Quantitativo
Aposentadorias Voluntárias	-
- por Tempo de Contribuição	87
- por Idade	251
Aposentadoria Compulsória	118
Aposentadoria Por Invalidez	20
Pensão Por Morte	100
Total	576





#### Análise dos Benefícios Atuais:



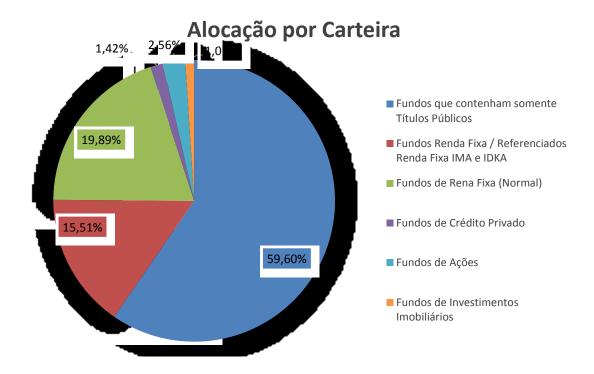
#### 3. POLÍTICA E GESTÃO DE INVESTIMENTO:

No final de dezembro de 2015, o Conselho Municipal de Previdência aprovou a Política de Investimento do IPG para o exercício de 2016, na qual foi elaborada em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.922/2010, e consiste em alocar os recursos financeiros em aplicações que apresentem o menor risco, a maior liquidez e a melhor rentabilidade possível. Nesse sentido, a alocação dos recursos será mantida, em sua maioria, em fundos de renda fixa (90%) sendo, somente, 10% destinado à renda variável.

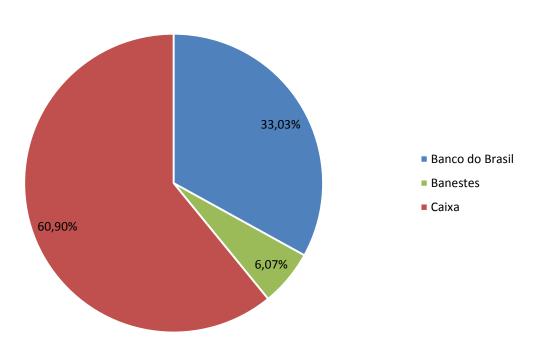
Em dezembro de 2016, o IPG tinha em sua carteira o montante de R\$ 133.705.111,55 (cento e trinta e três milhões, setecentos e cinco mil, cento e onze reais e cinquenta e cinco centavos), assim distribuídos:







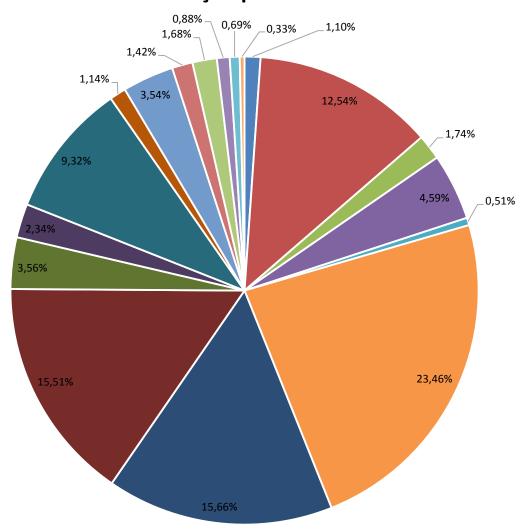
# Distribuição dos Recursos por Instituição







# Alocação por Fundo



- BB PREVIDENCIARIO RF IRF M FI
- CAIXA FI BRASIL 2018 III TP RF
- FI BANESTES REFERENCIAL IRF M1 TIT PUB RF
- FI CAIXA BRASIL IRF M 1 TP RF
- BB PREVIDENCIARIO RF PERFIL FC
- CAIXA FI BRASIL RF REF DI LP
- FI BANESTES VIP DI REF D
- CAIXA FIC AÇÕES VALOR DIVIDENDOS RPPS
- FII CAIXA CEDAE

- BB PREVIDENCIARIO RF IRF M 1 TIT PUBL FC
- CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP
- FI CAIXA BRASIL IMA B 5 TP RF LP
- BB PREVIDENCIARIO RF IMA B 5 LP FC
- CAIXA FI ALIANÇA TITULOS PUBLICOS RF
- FI BANESTES LIQUIDEZ REFERENCIADO DI
- CAIXA FI BRASIL IPCA XVI RF CRED PRIV
- FIC BANESTES FIA BTG PACTUAL DIVIDENDOS
- FII RB CAPITAL RENDA II





Com o intuito de melhorar as práticas de administração dos recursos disponíveis, além de aumentar o nível de confiabilidade na gestão da carteira de investimentos, o IPG mantém contrato com a RiskOffice — empresa especializada em assessoria financeira para envidar esforços na busca de ativos que possibilitem rentabilidade garantindo a manutenção do equilíbrio financeiro-atuarial. A carteira do IPG é gerida por instituições financeiras públicas: Caixa Econômica Federal, Banestes e Banco do Brasil. Mediante a difícil situação econômica do país em 2016, obtivemos uma rentabilidade de 15,09%, ou seja, acima da meta atuarial (INPC + 6% a.a.), que foi de 12,58%. Num esforço conjunto de todos os servidores, Comitê de Investimentos e CMP, perseguimos e superamos a meta atuarial de 2016 em 2,51% superior à meta estabelecida.

# 4. SITUAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA:

Com base no Balanço Geral Consolidado de 2016, apresentamos os dados da execução orçamentária e a situação econômico-financeira do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari / ES – IPG, originado da Lei Municipal n.º 3.985/2015 – LOA, que fixou a despesa e estimou a receita para o exercício de 2016 em R\$ 34.983.382,63 (trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e três mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos).

# 4.1. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

#### 4.1.1 - DAS DESPESAS:

A despesa apresenta a seguinte movimentação:

R\$

Créditos Orçamentário Inicial	34.983.382,63
Créditos Adicionais Especiais por Redução	0,00





Total Autorizado	34.983.382,63
Despesas Realizadas	24.931.869,03
Pagamentos Realizados	24.931.869,03
Saldo Orçamentário (+)	10.051.513,60
Restos a Pagar	0,00

# Fixação da despesa por Função de Governo:

R\$

09. Previdência Social	2.218.150,00
28. Encargos Especiais	26.352.640,00
99. Reserva de Contingência	6.412.592,63
TOTAL	34.983.382,63

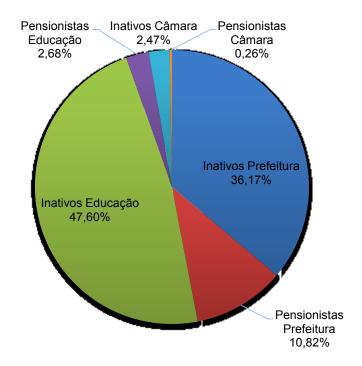
As despesas com o pagamento de Inativos e Pensionistas estão assim distribuídas:

Tipo de Benefício	Valor
Inativos Prefeitura	8.843.407,10
Pensionistas Prefeitura	2.644.959,96
Inativos Educação	11.638.594,21
Pensionistas Educação	656.063,39
Inativos Câmara	605.168,19
Pensionistas Câmara	63.871,34
Total	24.452.064,19





Distribuição das despesas com o pagamento de Inativos e Pensionistas:



#### 4.1.2 - DAS RECEITAS:

No Exercício Financeiro de 2016, a realização das Receitas Orçamentária e Extra-Orçamentária decorreu das transferências efetuadas pelo Município, pela União; das contribuições dos servidores participantes e dos rendimentos sobre os investimentos financeiros.

R\$

Receita Orçamentária Total Arrecadada	18.347.761,03
Receita Orçamentária Prevista	19.870.959,62
Receita Intra Orçamentária Prevista	9.050.000,00
Subtotal das Receitas Previstas	28.920.959,62
Déficit Previsto	6.062.423,01
Total da Receita	34.983.382,63
Receita Corrente	7.967.746,16





Receita de Contribuições	7.448.072,77
Contribuição de Servidores Ativos	6.882.510,23
Contribuição de Servidores Inativos	427.050,58
Contribuição de Pensionista Civil	57.877,32
Contribuições Patronais de Servidor Ativo	80.634,64
Receita Patrimonial	338.462,58
Remuneração de Fundos de Renda Fixa	62.014,23
Remuneração de Fundos de Renda Variável	140.477,56
Remuneração de Fundos Imobiliários	135.970,79
Outras Receitas Correntes	181.210,81
Receita Corrente – Operação Intra-orçamentária	10.380.014,87
Contribuição Patronal – Ativo Civil – Op. Intra-orç.	9.934.293,69

\* A Receita Patrimonial com a NBCASP, passou a ser registrada pela valorização da Carteira de Investimento, tendo sido apurado no Exercício de 2016, um aumento das Carteiras na ordem de R\$ 18.347.761,03 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e sessenta e um reais e três centavos).

Da valorização da carteira de investimento:

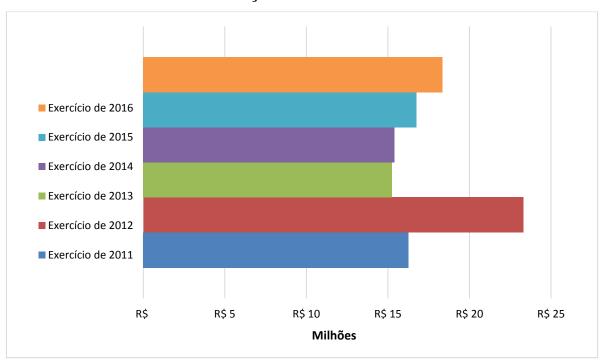
R\$

Exercício de 2011	(+) 21,26%	16.253.822,88
Exercício de 2012	(+) 43,32%	23.295.152,61
Exercício de 2013	(–) 34,51%	15.257.016,81
Exercício de 2014	(+) 0,94%	15.400.803,07
Exercício de 2015	(+) 8,71%	16.742.031,74
Exercício de 2016	(+) 9,59%	18.347.761,03





#### **EVOLUÇÃO DA RECEITA**



# 4.1.3 - NOTAS EXPLICATIVAS A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016:

Considerando os registros contábeis e lançamentos efetuados por conta da execução orçamentária, patrimonial e financeira do exercício de 2016, é que estamos apresentando abaixo as notas explicativas à prestação de contas com a finalidade de auxiliar na análise da PCA.

# 4.1.3.1 DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016

A Lei nº 3.985/2015 que aprovou a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 estimou a receita no montante de **R\$ 28.920.959,62** e fixou a despesa no montante de **R\$ 34.983.382,63**, apresentando um déficit de previsão orçamentária de **R\$ 6.062.423,01**, conforme valores evidenciados no balanço





orçamentário e também no balancete de verificação do exercício de 2016 e quadro 1 abaixo:

Quadro 1. Previsão Orçamentária

Descrição	Valor (R\$)
Receita Prevista	28.920.959,62
Despesa Fixada	34.983.382,63
Déficit de Previsão	-6.062.423,01

O déficit apresentado é justificado considerando que o município instituiu o regime próprio de previdência e possui segregação de massa (fundo financeiro e fundo previdenciário) e recebe recursos financeiros a título de transferência intragovernamentais para aportes de recursos para cobertura da folha de pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores aposentados e pensionistas pertencentes ao Fundo Financeiro, conforme está evidenciado no Balanço Financeiro e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

## 4.1.3.2 DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (ANEXO 12)

O Balanço Orçamentário evidencia a execução orçamentária da receita por categoria econômica, origem e espécie, comparando a realização com a previsão. Também demonstra a despesa por categoria econômica e grupo de despesa e detalhando a sua realização em empenhada, liquidada e paga e ao final comparando com a autorizada atualizada (fixada mais as alterações) e demonstrando as despesas que serão inscritas em restos a pagar processados e não processados.

Estamos demonstrando no quadro 2 essa execução e detalhando os resultados alcançados:

Quadro 2 - Execução da Despesa orçamentária

Exercício de 2016 Fixada Realizada Repres. Despesa Realizada	Exercício de 2016	Despesa Fixada	Despesa Realizada	∆ % Repres.	Despesa Realizada
--	-------------------	-------------------	----------------------	----------------	-------------------





DESPESA	FIXADA	<b>EMPENHADA</b>		LIQUIDADA	PAGA
DESPESA CORRENTE DESPESA DE	28.223.910,00	24.931.869,03	71,27%	24.931.869,03	24.931.869,03
CAPITAL	346.880,00	-	0,00%	-	-
RESERVA DO RPPS	6.412.592,63	-	0,00%	-	-
DESPESA TOTAL	34.983.382,63	24.931.869,03	71,27%	24.931.869,03	24.931.869,03
ECONOMIA ORÇAMEN	NTÁRIA	10.051.513,60	28,73%	-	-
TOTAL	_	34.983.382,63	100,00%	0,00%	0,00%

Conforme apresentado acima, o órgão promoveu uma economia orçamentária na ordem de **R\$ 10.051.513,60**, e toda a despesa realizada foi liquidada e paga no exercício, não havendo a inscrição de restos a pagar para o próximo exercício.

#### 4.1.3.3 Das alterações orçamentárias

No decorrer do exercício foram efetuadas alterações orçamentárias provenientes da abertura de Créditos Adicionais Suplementares no montante de **R\$ 470.000,00** para atender a execução orçamentária conforme Decretos nºs 106/2016 de 23/06/2016, e cuja Fonte de Recurso foi por Anulação Parcial/Total de Dotação Orçamentária, reduzindo o valor da dotação inicial aprovada pela LOA, conforme valores evidenciados no balancete da despesa do exercício de 2016.

Estamos encaminhando a relação dos créditos abertos no exercício conforme descrição no arquivo "DEMCAD" anexo a essa PCA.

Quadro 03 - Créditos Adicionais - Suplementares.

Quadio 00 Groundo 7 tarolonaio Gapiernontaros	•
A - Despesa autorizada no exercício	R\$ 34.983.382,63
<b>B</b> - Suplementação autorizada no exercício na Lei Orçamentária (%)	50,00%
C - Total dos Créditos Autorizados (C=A*B)	R\$ 17.491.691,32





D - Créditos suplementares aberto no exercício	R\$ 470.000,00
E - Anulação parcial de dotações para abertura de crédito suplementar	R\$ 470.000,00
<b>F</b> - Percentual em relação ao autorizado (Legislativo)	1,34%

O IPG cumpriu com o percentual autorizado na Lei Orçamentária Anual de 50% (cinqüenta por cento), para a abertura de créditos suplementares no orçamento de 2016, utilizando o percentual de 1,34% (um vírgula e trinta e quatro) para atender sua execução orçamentária, conforme quadro acima, estando assim cumprindo o limite estabelecido na lei do orçamento.

#### 4.1.3.4 Comparativo da despesa realizada nos últimos três exercícios

Estamos demonstrando abaixo os valores dos gastos orçamentários desse Poder, nos últimos três exercícios.

Quadro 4 - Comparativo das Despesas Realizadas/Empenhadas nos Últimos Três Exercícios

Descrição	2014	2015	2016	∆ % 2016/2015
Despesas Correntes Pessoal e Encargos	18.590.235,39	21.245.510,15	24.931.869,03	17,35%
Sociais	18.251.167,21	20.736.864,98	24.511.670,08	18,20%
Pessoal e Encargos Sociais (Intra) Juros e Encargos da Dívida	60.211,78	58.255,51 -	58.300,78	0,08%
Outras Despesas Correntes	278.856,40	450.389,66	361.898,17	-19,65%
Despesas de Capital	4.962,00	3.939,80	-	-100,00%
Investimentos	4.962,00	3.939,80		-100,00%
TOTAL	18.595.197,39	21.249.449,95	24.931.869,03	17,33%





Ao compararmos a execução da despesa nos últimos três exercícios conforme quadro acima, verificamos uma evolução de 18,20% (dezoito vírgula vinte por cento) nos gastos com ações de pagamentos de benefícios previdenciários, e uma redução nas ações de manutenção do órgão.

#### 4.1.3.5 Dos restos a pagar

Não houve a inscrição de restos a pagar no decorrer do exercício, conforme pode ser verificado no balanço orçamentário e no balanço financeiro.

#### 4.1.3.6 BALANÇO FINANCEIRO (ANEXO 13)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Dessa maneira, estamos apresentando no quadro abaixo, de forma resumida, à movimentação financeira dos ingressos e dispêndios apresentados no Balanço Financeiro do exercício de 2016, conforme arquivo "BALFIN" encaminhado na PCA, e que resultou em uma disponibilidade financeira para o exercício de 2017 na ordem de **R\$ 133.947.762,05** para quitar com os compromissos extras orçamentários e demais obrigações constantes da dívida flutuante (Anexo 17).

Quadro 5 - Recebimentos e Pagamentos

Saldo do Exercício Anterior (31/12/2015)	105.347.516,92
( + ) Entradas Orçamentárias (receitas orçamentárias)	18.347.772,03
( + ) Transferências Financeiras Recebidas (aporte RPPS)	16.013.521,45





( + ) Entradas Extra-Orçamentárias/Valores Restituíveis/Consignações	4.744.816,07
( + ) Créditos a Receber – Recebimento de Contribuições Previdenciárias	2.640.352,76
( + ) Valorização de quotas de Investimentos	17.519.693,05
( - ) Pagamentos Orçamentários	24.931.869,03
( - ) Pagamentos Extra-Orçamentários/Valores restituíveis/Consignações	4.744.670,90
( - ) Ajustes de Exercícios Anteriores (Contas de bancos)	179.133,53
( - ) Amortização/desvalorização de quotas (contas de bancos)	810.236,77
Saldo para o Exercício Seguinte (31/12/2016)	133.947.762,05

A disponibilidade financeira representa a o Patrimônio constituído do RPPS em 31/12/2016 e composto pelo Ativo Financeiro e Ativo Imobilizado e deverá ser utilizado para fazer face às reservas matemáticas previdenciárias calculadas e que se encontra registradas no Passivo Financeiro.

#### 4.1.3.7 Das aplicações financeiras

Nesse exercício de 2016 o órgão efetuou a aplicação dos recursos recebidos em fundos de renda fixa e variável e cujo retorno está evidenciado no relatório de posicionamento anual de carteira de investimento que está sendo encaminhado na PCA.

#### 4.1.3.8 BALANÇO PATRIMONIAL (ANEXO 14)

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, representadas pelos grupos do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido e apresenta ao final da demonstração contábil, as contas de compensação onde estão registrados os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio. Evidencia também o superávit financeiro conforme inciso I, § 1, do artigo 43, da lei Federal nº 4320/64.





Dessa forma estamos evidenciando os grupos contábeis, destacando a composição do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido e os seus subgrupos e demonstrando o percentual de participação em relação ao grupo.

#### 4.1.3.9 Do Ativo

O Ativo inclui as contas correspondentes aos bens e direitos, demonstrando a aplicação dos recursos.

Nele as contas estão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez e cuja soma é de **R\$ 135.838.931,36**, conforme quadro abaixo:

Quadro 6 - Detalhamento dos elementos do ativo

ATIVO	2016	Δ %
Caixa e Equivalentes de Caixa	242.650,50	0,18%
Demais Créditos a Valores a Curto Prazo	1.764.129,97	1,30%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	133.705.111.55	98,43%
Estoques/Almoxarifado	3.161,75	0,00%
Var. Patr. Diminutivas Pagas Antecipadamente	1.050,00	0,00%
Bens Móveis	127.192,57	0,09%
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(4.364,98)	0,00%
SOMA	135.838.931,36	100,00%

#### 4.1.3.10 Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo disponível de **R\$ 242.650,50** está em conformidade como Balanço Financeiro (Anexo 13).





#### 4.1.3.11 Demais Créditos e Valores à Curto Prazo

O valor de **R\$ 1.764.129,97** é referente ao reconhecimento das contribuições previdenciárias do exercício de 2016 pelo regime de competência.

#### 4.1.3.12 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Esse valor decorre das aplicações dos recursos em fundos de renda fixa e variável está evidenciado no relatório de posicionamento anual de carteira de investimento que está sendo encaminhado na PCA.

#### 4.1.3.13 Estoques

Em relação à conta Estoques - Almoxarifado, temos contabilizado o valor de **R\$** 3.161,75 e é relativo aos materiais armazenados e cuja classificação é Material de Expediente e que será consumido a partir de requisição emitida pelo órgão, e está em conformidade com o Balancete de Verificação (Arquivo BALVER) e também com a tabela 14 - Resumo do Inventário do Almoxarifado (arquivo RESAMC).

#### 4.1.3.14 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

O valor de **R\$ 1.050,00** é relativo ao pagamento antecipado da anuidade da Associação Brasileira de Instituto de Previdência Estadual e Municipal (ABIPEM).

#### 4.1.3.15 Do Imobilizado

O saldo líquido do ativo não circulante é de **R\$ 122.827,59** e representa os bens móveis de propriedade do órgão e cuja classificação se faz evidenciado no Balancete de Verificação (Arquivo BALVER) e também na tabela 10 -





Resumo do Inventário de Bens Móveis (arquivo RESMOV), e está assim representado:

Quadro 7 - Bens Móveis

Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	3.907,10
Bens de Informática	73.404,49
Móveis e Utensílios	49.002,14
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	878,84
Soma	127.192,57
( - ) Depreciação Acumulada	(4.364,98)
Valor Líquido	122.827,59

Esse Órgão adotou como medida de avaliação dos bens patrimoniais a "Depreciação" a fim de evidenciar a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência e cujo cálculo foi efetuado considerando o prazo de vida útil do ativo imobilizado.

O método adotado para apuração do valor de depreciação dos bens do imobilizado foi "método das quotas constantes/linear" e a depreciação foi calculada dividindo o valor a ser depreciado pelo tempo, resultando na seguinte fórmula:

Depreciação = <u>valor do bem (-) valor residual</u>
Período de vida útil

#### 4.1.3.16 Do Passivo

O Passivo compreende as contas relativas às obrigações assumidas decorrentes da execução orçamentária e representa a origem dos recursos que foram aplicados no ativo (recursos próprios e de terceiros). As contas desse grupo estão dispostas no Balancete de Verificação em ordem decrescente de grau de exigibilidade e são representados pelos subgrupos Passivo Circulante





e Passivo Não Circulante e também as contas que compõem o Patrimônio Líquido.

O valor total inscrito no Balanço é de **R\$ 135.838.931,36.** Estamos evidenciando as contas e os respectivos saldos no quadro abaixo e informando as obrigações assumidas e que serão quitadas conforme o vencimento de cada uma.

Quadro 8 - Detalhamento dos elementos do passivo

Passivo	2016	Δ %
Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assist. a Curto		
Prazo	-	0,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	145,17	0,00%
SOMA	145,17	0,00%
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo		
Prazo	133.947.762,09	98,61%
Patrimônio Líquido	1.891.024,10	1,39%
Soma	135.838.931,36	100,00%

#### 4.1.4 Do Passivo Circulante

#### 4.1.4.1 Demais Obrigações à Curto Prazo

Esse grupo coma **R\$ 145,17** e compõe-se de Valores Restituíveis, Consignações e cujos pagamentos ocorrerão à medida da ocorrência e seus vencimentos.

#### 4.1.4.2 Do Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante, segundo a Lei Federal nº 4.320/64, compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para





amortização ou resgate. Também são classificados nesse grupo, todos os valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Nesse Órgão, ele representa a provisão matemática previdenciária, do Plano previdenciário Financeiro e Capitalizado e cujo montante importa em **R\$** 133.947.762,09, conforme pode ser verificado na Dívida Fundada (Anexo 16), na Avaliação Atuarial (Anexo 11) e também no Balancete de verificação do Exercício (BALVER).

#### 4.1.4.3 Do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual entre o valor do Ativo e do Passivo. As contas desse grupo estão dispostas no Balancete de Verificação (BALVER) e está representado pelos resultados acumulados e distribuídos em superávits ou déficits do exercício, e/ou, do exercício anterior bem como os ajustes de exercícios anteriores.

Nesse exercício foi apurado um resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15) de R\$ 21.694.042,83 e conjugado com o déficit de exercícios anteriores acumulado de R\$ 23.767.177,68 e os registros de ajustes contábeis a conta de ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 182.110,75, resultou num valor superavitário de R\$ 1.891.024,10. Estamos evidenciando esses resultados conforme quadro abaixo:

Quadro 9 - Resultados Acumulados

Descrição	2016
Saldo Patrimonial Anterior	23.767.177,68
Superávit Verificado(Anexo 15)	-21.694.042,83
Reserva Administrativa RPPS	0,00





Ajustes de Exercícios Anteriores	-182.110,75
Saldo Patrimonial Exercício Seguinte	1.891.024,10

Em relação ao valor de **R\$ 182.110,75** da conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, informamos que trata de ajustes contábeis efetuados às contas abaixo:

- **I. -R\$ 172,53** ajuste c/c CEF 1-9 (NR 7929);
- II. -R\$ 60.191,34 ajuste saldo da conta corrente de 2015 (NR 7140);
- **III.** -R\$ 118.769,66 ajuste saldo da conta corrente de 2015 (NR 7140);
- IV. -R\$ 3.000,00 ajuste registro de contribuição patronal 10/2015 (NR 187);
- V. R\$ 22,78 referente estorno depreciação do exercício de 2015.
- 4.1 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (ANEXO 15)

#### 4.1.3 Das Variações Patrimoniais

São transações ou operações que resultam em alterações no patrimônio da entidade do setor público e indicará o resultado patrimonial auferido no exercício. As variações patrimoniais podem ser: Qualitativas e Quantitativas.

- Aquelas que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar a situação líquida patrimonial, determinando modificações apenas na composição específica dos elementos patrimoniais, são chamadas de Variações Patrimoniais Qualitativas.
- E aquelas decorrentes de transações que provocam aumentos ou diminuições na situação líquida patrimonial, são chamadas de *Variações Patrimoniais Quantitativas*.





A confrontação entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas, determinará o resultado patrimonial do período, podendo ser superávit ou déficit e será transferido para o Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial (Anexo 14) do exercício, conforme preceitua o artigo 104, da Lei 4.320/64 estatui que:

"a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício."

#### 4.1.3.1 Da evidenciação das variações patrimoniais

Ao analisar o **Anexo XV** (Variações Patrimoniais), constamos que houve um superávit de execução orçamentária no exercício de 2016, conforme demonstração contábil enviada no arquivo *DEMVAP*.

Estamos apresentando abaixo a variação patrimonial ocorrida no patrimônio desse Órgão e descrevendo os fatos que concorreram para esse resultado negativo.

#### 4.1.3.1.1 Das variações patrimoniais aumentativas

Verificamos que o valor total das variações patrimoniais aumentativas foi de **R\$ 50.982.917,17**. Esse valor engloba diversas transações ocorridas no exercício, a saber:

 Receitas orçamentárias, no valor de R\$ 18.347.772,03 e refere-se aos recebimentos de contribuições, rendimentos de aplicação financeira, multas e juros sobre as receitas que foram pagas ao órgão em atraso e





outras receitas. Desse valor, **R\$ 7.448.083,77** é referente a contribuição do servidor, **R\$ 338.462,58** (receita patrimonial – rendimentos de aplicação), **R\$ 181.210,81** (multas e juros e demais receitas), **R\$ 10.380.014,87** é referente a contribuição patronal (Intra), e **R\$ 367.829,99** demais receitas intra, conforme está evidenciado no balancete da receita orçamentária do exercício (BALEXO).

- Transferências e delegações recebidas: no valor de R\$ 16.013.521,45, refere-se ao recebimento do aporte ao RPPS para pagamento dos benefícios previdenciários dos inativos e pensionistas pertencentes ao Fundo Financeiro, decorrente da segregação de massa, conforme estatui a lei municipal nº 3.971/2015.
- Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporações de Passivos: de R\$ 17.519.693,05 e representa a valorização das quotas dos fundos de investimentos em virtude da marcação a mercado, conforme evidenciado nos extratos bancários (EXTBAN).
- 4. **Outras Variações Patrimoniais aumentativas**: no valor de R\$ 33.313,23 é referente ao recebimento de contribuições da COMPREV.

#### 4.1.3.1.2 Das variações patrimoniais diminutivas

Essas variações estão relacionadas com as despesas e demais eventos que alteram de forma diminutiva o Patrimônio. Verificamos que o valor total das variações patrimoniais diminutivas foi de **R\$ 72.676.960,00**, conforme evidenciando no balancete de verificação (arquivo BALVER). Esse valor engloba diversas transações ocorridas no exercício, a saber:

 Pessoal e encargos: a execução foi de R\$ 768.762,24 e são as despesas com:





- Folha de pagamento dos servidores efetivos da Prefeitura e que estão em cessão (R\$ 710.461,46);
- ➤ Encargos trabalhistas/previdência-Intra (R\$ 58.300,78), que incidem sobre a remuneração;
- > Aposentadorias e pensões (R\$ 23.800.937,36;
- > Salário família (R\$ 271,26).
- 2. Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo: No valor de R\$ 176.074,43, essas variações englobam:
  - Consumo de material (R\$ 6.751,55);
  - > Diárias (R\$ 31.045,79);
  - Contratação de serviços de pessoa física (R\$ 32.591,25);
  - > Serviços de pessoa jurídica (R\$ 104.393,00), e
  - Depreciação efetuada nos itens do patrimônio (R\$ 1.481,66).

O valor de consumo de material está sendo evidenciado na tabela 14-RESAMC e o valor da depreciação está sendo também evidenciada na tabela 10-RESMOV.

Os demais itens encontram consonância com a classificação orçamentária segundo a natureza conforme balancete da despesa orçamentária do exercício de 2016 (arquivo BALEXO).

- 3. Variações patrimoniais diminutivas financeiras: R\$ 202.490,99 e registra a amortização dos fundos de investimentos das carteiras de investimentos e aplicações temporárias à curto prazo que compõem o grupo 1.1.4. (ativo).
- 4. Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos: de R\$ 609.238,32 e representa a desvalorização das quotas de





investimentos das carteiras de investimentos e aplicações temporárias à curto prazo que compõem o grupo 1.1.4. (ativo).

- **5. Tributárias**: de **R\$ 177.188,01** e resume nos pagamentos efetuados a título de IPTU (R\$ 478,36), PIS/PASEP sobre os rendimentos de aplicação financeira (R\$ 176.697,27) e outros tributos (R\$ 12,38).
- 6. Outras Variações Patrimoniais diminutivas: R\$ 46.941.997,39, representando a variação da atualização das provisões das reservas matemáticas previdenciárias (R\$ 46.936.091,75) conforme Anexo 11 da avaliação atuarial elaborada pelo Sr. Adilson Costa, através da caixa Econômica Federal. Também engloba esse item o valor de R\$ 5.905,64 referente a honra e avais.
- **1.5.1.1.3. Do Resultado Patrimonial do Período**: Esse grupo representa o confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (Anexo 14) do exercício.

Verificou-se que o resultado foi <u>Deficitário</u> em **R\$ 21.694.042,83**, demonstrando que o item que mais concorreu para esse resultado foi atualização das provisões das reservas matemáticas previdenciárias.

Variação Patrimonial aumentativa - VPA 50.982.917,17

(-) Variação Patrimonial Diminutiva - VPD 72.676.960,00

Resultado Patrimonial do - 21.694.042,83

4.2 DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA – ANEXO XVI



O órgão não possui divida fundada à longo prazo, muito embora haja o registro

das provisões matemáticas previdenciárias no longo prazo, decorrente da

legislação que assim determina, e cujo valor evidenciado é de R\$

133.947.762,09.

4.3 DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE – ANEXO XVII

Conforme estatui o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, a dívida flutuante

compreende os restos a pagar processados e não processados (excluídos os

serviços da dívida), os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de

tesouraria.

Dessa forma, a dívida flutuante desse exercício se resume no valor de R\$

145,17 e é referente à retenção da contribuição sindical em folha de

pagamento e que será quitada no exercício de 2017.

4.4 DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

1.8.1. Relatório de Gestão Fiscal - LRF

Os gastos com despesas de pessoal incorporam o relatório de gestão fiscal do

3º quadrimestre/2016, e que é publicado pela prefeitura de forma consolidada

para apuração dos limites impostos pela LRF.

(IPG

Rua Alencar Moraes de Rezende, 55 – Bairro Jardim Boa Vista – CEP.: 29217-080 – Guarapari – ES Telefones (27) 3361-8255 / 8260 – CNPJ 02.970.007/0001-61

www.ipg-guarapari.org.br – e-mail: ipg@ipg-guarapari.org.br

37



#### 4.2. DAS DISPONIBILIDADES:

No Exercício Financeiro de 2016, foi registrado no Caixa da Autarquia, como entradas o montante de R\$ 39.659.930,65 (trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta reais e sessenta e cinco centavos), contra saídas na ordem de R\$ 21.249.449,95 (vinte um milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos), gerando um superávit financeiro de R\$ 18.410.480,70 (dezoito milhões, quatrocentos e dez mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta centavos), que somados ao saldo financeiro do exercício anterior totaliza o saldo financeiro para o próximo exercício na ordem de R\$ 106.827.089,50 (cento e seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, oitenta e nove reais e cinquenta centavos), conforme detalhamento abaixo:

#### 4.2.1. DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES:

R\$

(+) Saldo Exercício Anterior	105.405.772,43
(+) Receita Orçamentária Arrecadada	18.347.761,03
(+) Aportes Financeiros ao RPPS – Repasse Financeiro	16.013.521,45
(–) Despesas Correntes	24.931.869,03
(–) Manutenção da Autarquia	1.124.891,80
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	710.461,46
Obrigações Patronais – Operações Intra-Orçamentarias	58.300,78
Material de Consumo	9.913,30
Passagens e Despesas com Locomoção	13.889,70
Diárias de Pessoal Civil	31.045,79
Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física	18.701,55
Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	97.454,18
Serviços de Consultoria	7.200,00
Obrigações Tributárias e Contributivas	177.188,01
Sentenças Judiciais	5.905,64
Despesas de Exercícios Anteriores	600,00
Obrigações Patronais	0,00





Indenizações e Restituições	0,00
(–) Pagamento de Inativos e Pensionistas	0,00
Aposentadorias	20.501.895,42
Pensões	3.299.041,94
Outros Benefícios Previdenciários	271,26
(–) Despesas de Capital	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00
(+) Valorização das Carteiras de Investimentos	17.519.693,05
(–) Desvalorização das Carteiras de Investimentos	607.745,78
(+) Depósitos / Consignações / Pensão Alimento	0,00
Saldo Financeiro para o Exercício Seguinte	131.747.133,15

<sup>❖</sup> Anexo 13 – Balanço Geral Consolidado 2016.

#### 4.3. DAS RESERVAS:

#### 4.3.1 – TAXA ADMINISTRATIVA:

Conforme dispõe o art. 16, da Lei Municipal n.º 3.971/2015 – Plano de Custeio, o IPG dispõe de uma Taxa de Administração Anual de 2% (dois por cento) sobre a totalidade das remunerações e proventos pagos aos filiados do RPPS no exercício anterior; todavia, em decorrência da não utilização do total dos recursos disponíveis foram constituídas "Reservas Administrativas", na ordem de R\$ 7.591.132,94 (sete milhões, quinhentos e noventa e um reais, cento e trinta e dois reais e noventa e quatro centavos) visando futuros investimentos para a Autarquia.

#### 4.3.2 - RESERVAS MATEMÁTICAS:

#### 4.3.2.1 – REAVALIAÇÃO ATUARIAL:

As Reservas Matemáticas foram consignadas conforme Atestado de Avaliação Atuarial emitido pela Caixa Econômica Federal sob a responsabilidade do Atuário Adilson Costa – MIBA n.º 1.032 MTb/RJ.





Foram considerados os dados de servidores ativos, inativos e pensionistas, enviados por arquivos do IPG, com data base de dezembro/2016, e foram calculadas conforme as normas técnicas de atuária, vigentes no país.

As Reservas Técnicas, compostas pelas Reservas Matemáticas e pelo Déficit Técnico, representam a composição dos compromissos correspondentes a Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder, elaboradas com base nos Resultados da Avaliação Atuarial e que estão demonstrados no Relatório de Reavaliação Atuarial do Exercício de 2016, com base nos dados da folha de pagamento de agosto de 2016.

RESERVAS MATEMÁTICAS FUNDO CAPITALIZADO	
DISCRIMINAÇÃO	VALORES
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	4.050.749,83
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	0,00
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	5.607.597,00
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	0,00
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (Ente)	0,00
(+) Compensação Previdenciária*	579.500,81
RESERVA MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (RMB – CONCEDIDO)	9.078.846,01
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	148.712.053,65
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras - Serv. Ativos	30.887.217,87
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras - Serv. Apos. e Pens.	42.326,00
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras - Ente Sobre Ativos***	44.926.862,35
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras - Ente Sobre Apos. e Pens	0,00
(+) Compensação Previdenciária*	8.922.723,22
RESERVA MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (RMB A CONCEDER)	63.932.924,21





(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	9.078.846,01
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	63.932.924,21
RESERVAS MATEMÁTICAS (RMBAC + RMBC)	73.011.770,23
(+) Ativo do Plano**	73.665.664,37
(+) Outros Créditos	0,00
SUPERÁVIT TÉCNICO ATUARIAI	653 894 14

<sup>\*</sup>Para efeito de estimativa da Compensação Previdenciária, calculou-se o percentual da folha de aposentados que retorna ao RPPS como Compensação Previdenciária e aplicou-se tal percentual sobre o Valor Presente de Benefícios Futuros dos atuais ativos e aposentados;

RESERVAS MATEMÁTICAS FUNDO FINANCEIRO	
DISCRIMINAÇÃO	VALORES RS
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	(491.053977,07)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	10.996.873,77
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	(61.532.630,89)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	1.113.734,35
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (Ente)	0,00
(+) Compensação Previdenciária*	33.155.196,48
RESERVA MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (RMB – CONCEDIDO)	(507.320.803,36)
(-) VALOR PRESENTE DOS BENEFÍCIOS FUTUROS	(618.213.029,06)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras - Serv. Ativos	20.012.540,39
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras - Serv. Apos. e Pens.	177.512,05
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras - Ente Sobre Ativos***	29.109.149,66
(+) Compensação Previdenciária*	37.092.781,74
RESERVA MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (RMB A CONCEDER)	(531.821.045,22)
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	(507.320.803,36)
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	(531.821.045,22)



<sup>\*\*</sup>O ativo financeiro do Plano foi informado pelo RPPS nas "Informações Complementares" referente a 31/dez/16; e \*\*\*Corresponde ao valor presente das contribuições futuras do ente público que tomaram como base a folha de salários.



RESERVAS MATEMÁTICAS (RMBAC + RMBC)	(1.039.141.848,58)
(+) Ativo do Plano**	60.282.097,72
(+) Outros Créditos****	0,00
DÉFICIT TÉCNICO ATUARIAL	(978.859.750,86)

<sup>\*</sup>Para efeito de estimativa da Compensação Previdenciária, calculou-se o percentual da folha de aposentados que retorna ao RPPS como Compensação Previdenciária e aplicou-se tal percentual sobre o Valor Presente de Benefícios Futuros dos atuais ativos e aposentados;

Para entendimento do quadro Reservas Matemáticas apresentamos as seguintes definições:

- Valor Presente corresponde ao somatório de pagamentos futuros que serão efetuados pelo Regime Próprio de Previdência Social, trazidos à data atual, descontados os juros acumulados em cada período e as probabilidades de decremento do grupo de servidores ativos, seja por morte, aposentadoria, invalidez, exoneração ou demissão;
- RMB Concedido corresponde ao somatório das reservas necessárias ao pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas atuais descontadas as contribuições futuras que serão vertidas ao plano de previdência, tanto da parte patronal como da parte dos servidores;
- RMB a Conceder corresponde ao somatório das reservas necessárias ao pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão para os atuais ativos descontadas as contribuições futuras que serão vertidas ao plano de previdência, tanto da parte patronal como da parte dos servidores;
- Reserva a Amortizar corresponde ao valor necessário para a amortização do déficit.

Com vistas a capitalizar todo o recurso necessário do equilíbrio atuarial, o Município de Guarapari editou a Lei n.º 3.971/2015 — Plano de Custeio do RPPS — e vem atuando no sentindo de capitalizar os recursos necessários ao equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.



<sup>\*\*</sup>O ativo financeiro do Plano foi informado pelo RPPS nas "Informações Complementares" referente a 31/dez/16;

<sup>\*\*\*</sup>Corresponde ao valor presente das contribuições futuras do ente público que tomaram como base a folha de salários.



Quanto à apuração do Déficit Técnico, o atestado das Reservas Matemáticas considerou apenas os recursos financeiros do RPPS. Segundo a portaria MPS 403, de 10/12/2008, temos o seguinte:

- "Art. 17. As avaliações e reavaliações atuariais indicarão o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial.
- § 1.º O passivo atuarial do RPPS é representado pelas reservas matemáticas previdenciárias que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios.

(...)

- § 4.º O resultado atuarial será obtido pela diferença entre o passivo atuarial e o ativo real líquido, sendo este representativo dos recursos já acumulados pelo RPPS (...)"
- Art. 18. No caso da avaliação indicar déficit atuarial deverá ser apresentado no Parecer Atuarial plano de amortização para o seu equacionamento.
- § "1.º O plano de amortização deverá estabelecer um prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos para que sejam acumulados os recursos necessários para a cobertura do déficit atuarial."

Neste sentido, a Lei Municipal n.º 3.971/2015, disciplina a segregação de massa que visa financiar o atual déficit técnico. O Município atua como responsável pelo Fundo Previdenciário Financeiro de caráter temporário, abrangendo os servidores admitidos até 30/12/2005; e o Fundo Previdenciário Capitalizado assumirá integralmente os compromissos dos servidores admitidos a partir deste marco.

Sob responsabilidade do Atuário Adilson Costa – MIBA n.º 1.032 MTb/RJ, conforme o Atestado de Avaliação Atuarial emitido pela Caixa Econômica





Federal, foram utilizados os valores referentes às Reservas Matemáticas, tendo como data base agosto de 2016 e sendo a data da avaliação 31 de dezembro de 2016. Foram considerados os dados de servidores ativos, inativos e pensionistas, enviados por arquivos do IPG e foram calculadas conforme as normas técnicas de atuária, vigentes no país.

As Reservas Técnicas compostas pelas Reservas Matemáticas e pelo Déficit Técnico, representam a composição dos compromissos correspondentes a Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder, elaborada com base nos Resultados da Avaliação Atuarial.

#### 4. PRINCIPAIS AÇÕES:

# 4.1. PLANO DE POLÍTICAS E DIRETRIZES DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS PATRIMONIAIS DO IPG 2016:

Em atendimento às disposições regimentais, especialmente as contidas no art. 8.º, Inciso V, do Decreto Municipal n.º 355/2008 — Regimento Interno foi elaborado e aprovado junto ao Conselho Municipal de Previdência — CMP o Plano de Políticas e Diretrizes de Investimentos dos Recursos Patrimoniais do IPG para o Exercício de 2016, nas quais se estabelecem as principais metas na realização das despesas correntes e de capital, com a devida aprovação do CMP, validada pela expedição da Resolução CMP n.º 001/2016; a partir deste plano a Diretoria do IPG desenvolveu suas ações no decorrer do exercício.

# 4.2. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS:

O IPG concedeu no exercício de 2016, 68 (sessenta e oito) benefícios de aposentadoria, sendo 37 (trinta e sete) por Tempo de Contribuição, 06 (seis) por Idade, 09 (nove) por Invalidez e 16 (dezesseis) pensões; sendo que todas seguiram os trâmites legais de concessão, iniciadas junto ao Instituto e a Equipe de Perícia Médica, sendo avaliadas e posteriormente a emissão de ato próprio concessor. Verificada a homologação preliminar pelo IPG, os processos





foram remetidos ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para homologação e registro definitivo, atendendo aos ditames constitucionais vigentes.

# 4.3 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COMPREV:

Mediante Convênio firmando entre o MPS / INSS x Município de Guarapari / IPG, originário do Processo Federal n.º 44000.001566/2007-17, cujo visa à recuperação dos créditos de compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, administrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Guarapari, administrado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari / ES – IPG.

O IPG vem revisando todos os procedimentos de concessão, uma vez que as exigências para a recuperação dos créditos vão desde a existência das Certidões de Tempo de Contribuição – CTC, em via original, expedidas pelo INSS, até a homologação e registro dos feitos aposentatórios junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE / ES.

#### 4.4 POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS - PAI:

Tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos na legislação vigente, é que o Instituto adotou no ano de 2016, uma política de investimentos voltada para os seguintes objetivos:

- a) Buscar, através da aplicação dos recursos do IPG, de acordo com o artigo 3.º da Resolução CMN n.º 3.922/2010, uma rentabilidade igual ou superior à meta atuarial, ou seja, Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC + 6% a.a (seis por cento ao ano);
- b) Assegurar que aos gestores, servidores do Município de Guarapari, participantes, beneficiários, prestadores de serviços e órgãos reguladores





que tenham o claro entendimento dos objetivos e restrições relativas aos investimentos;

- c) Garantir transparência e ética no processo de investimento, os quais devem seguir diretrizes, normas e critérios definidos neste documento;
- d) Assegurar que o processo de investimento seja independente da vontade de um gestor específico.

#### 5. ATIVIDADES IMPORTANTES:

Consideramos que esta Autarquia no decorrer das suas atividades está desempenhando um papel fundamental no cenário previdenciário estadual e nacional; em 2016, destacou-se em relação às atividades previdenciárias desenvolvidas nos RPPS, bem como, é visto como referência a outros Institutos, os quais, diariamente, solicitam esclarecimentos e orientações no desenvolvimento de suas atividades.

Sendo assim, o IPG está desenvolvendo seu papel através de sua equipe, que por meio de seu Diretor Presidente, atual Vice-Presidente da ACIP, bem como Presidente da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM e membro efetivo do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV, demonstra através desses reconhecimentos que o Instituto é representado de forma responsável, buscando uma gestão participativa no âmbito previdenciário municipal, estadual e nacional.

# 5.1 PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS:

Recadastramento Funcional: visando a Atualização Cadastral dos Segurados desta Autarquia, com o objetivo de regularizar a situação funcional dos aposentados e pensionistas, o IPG normatizou através da IN n.º 004/2013 que, anualmente, no mês de aniversário do segurado os mesmos comparecessem ao Instituto de Previdência para realizar o





recadastramento anual, a fim de evitar pagamento de benefícios indevidos. Durante todo o ano ocorreu de forma criteriosa e organizada, sobretudo, pela colaboração e atendimento dos segurados, que aprovaram o procedimento;

- Entrega anual dos calendários 2016 para os servidores ativos, inativos e pensionistas.
- Contratos e Convênios Administrativos: o IPG gerencia e fiscaliza contratos de prestação de serviços, de aluguel e Convênio de Consignação em folha de pagamento e Sindicatos;
- Disponibilização aos segurados do Simulador de Aposentadoria, disponível no site do <u>IPG</u>.
- Disponibilização aos Aposentados e Pensionistas o Contracheque e o Extrato de Imposto de Renda no site do IPG.

#### **5.1.1 PROPREV**

- O Instituto participou do Programa de Apoio à Modernização de Gestão do Sistema de Previdência Social - PROPREV, sendo selecionado pelo Ministério da Previdência Social - MPS contemplado com o censo funcional para os servidores vinculados ao RPPS, e equipamentos de informática;
- Após a seleção do Município de Guarapari pelo PROPREV, foi celebrado o Acordo de Cooperação e do Plano de Trabalho entre Ministério da Previdência Social e Município de Guarapari.
- O Instituto participou do grupo de trabalho do Programa de Apoio à Modernização de Gestão do Sistema de Previdência Social PROPREV, junto ao Ministério da Previdência Social, para fins de conclusão do processo de discussão antes do lançamento do edital para realização do Censo Funcional.





# 5.2 CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E CURSOS DE ATUALIZAÇÃO:

No decorrer do exercício de 2016, a equipe do IPG, servidores e conselheiros, participaram ativamente de diversos seminários, congressos e cursos de atualização e foi correalizador de eventos, visando o aprimoramento dos conhecimentos em matéria previdenciária.

EVENTO	N° DE SERVIDORES	INSTITUIÇÃO	LOCAL
Encontro de Orientação Cidades-WEB/PCA	02	TCE/ES	Vitória/ES
Curso Pregão Presencial e Eletrônico, Sistema de Registro de Preços – SRP e Lei Complementar nº 147, com prática no sistema de licitações-e (Banco do Brasil)	03	DPCC Cursos e Treinamentos LTDA.	Vitória/ES
50° Congresso Nacional da ABIPEM e do 14° Congresso Paranaense de Presidência	04	ABIPEM	Foz do Iguaçu/PR
VI Seminário Capixaba de Previdência	16	ACIP	Guarapari/ES
X Encontro Temático Jurídico / Financeiro APEPREM	02	APEPREM	São Paulo / SP
1º Seminário eSocial para Órgãos Públicos	02	Comitê Gestor do eSocial	São Paulo/SP
Fórum de Gestores de RPPS	02	TCE/ES e ABIPEM	Vitória/ES
Grupo de Trabalho do eSocial para Órgãos Públicos	01	Receita Federal	São Paulo/SP
16º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM	05	ANEPREM	Vitória/ES
4º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS's	06	ABIPEM	Brasília / DF
V Seminário Regional de Previdência	04	ACIP	Iriri/ES

# 6. PRESTAÇÃO DE CONTAS E INFORMAÇÕES DO IPG:

Visando prestar contas aos segurados vinculados ao RPPS e à comunidade em geral, o IPG disponibiliza junto ao Portal da Transparência do Município, disponível no sítio www.guarapari.es.gov.br e link junto à página da rede mundial de computadores do IPG www.ipg-guarapari.org.br.





# 7. AVALIAÇÃO DE GESTÃO

#### Auditoria Direta do Ministério da Previdência Social

Em 2013, foi realizado pelo MPS, uma Auditoria Fiscal Direta, especificamente na área de custeio previdenciário (receitas, despesas e fluxo financeiro), referente ao período de 2007 a junho de 2013, na qual resultou no relatório Conclusivo de Auditoria constatando irregularidades nos repasses previdenciários (caráter contributivo) do Município para esta Autarquia.

Em decorrência do referido Relatório o Município de Guarapari e o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari / ES – IPG **no ano de 2014**, firmaram o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários – CADPREV n.º 00916/2014, atendendo assim a Notificação de Auditoria Fiscal – NAF n.º 0209/2013, relativa ao Processo Administrativo Previdenciário – PAP n.º 199/2013.

#### 8. METAS PARA O ANO DE 2017

Para o ano de 2017 muitas são as metas a serem alcançadas, podendo ser eleitas como principais as enunciadas a seguir:

- Manter o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);
- Manter os serviços de recadastramento anual dos segurados Aposentados e Pensionistas;
- Manter o processo de qualificação dos servidores para prestarem um serviço de excelência aos segurados do RPPS;
- Atingir e superar a meta atuarial para ano de 2017, conforme previsto na Política de Investimentos Anual, ou seja, INPC + 6% a.a.
- Operacionalizar o SIPREV / Gestão Sistema Integrado de Informações
   Previdenciárias de RPPS em parceria com a Gerência de Recursos
   Humanos do Município;





- Realizar censo cadastral, funcional e financeiro de todos os servidores, com o objetivo de aperfeiçoar a base de dados dos servidores ativos, dependentes, inativos e pensionistas;
- Avocar a responsabilidade pela emissão da Certidão de Tempo de Contribuição – CTC, após a realização do censo;
- Disponibilizar a CTC e Extrato Previdenciário de forma online, aos servidores vinculados ao RPPS;
- Disponibilizar informativo impresso visando ampliar a comunicação com os servidores;
- Edição de atos normativos:
  - ✓ Código de ética;
  - ✓ Procedimentos para averbação e desaverbação de tempo de contribuição;
  - ✓ Justificação Administrativa (procedimento utilizado para provar fatos ou circunstâncias de interesses dos beneficiários frente a Previdência Social, por não conseguirem deixar completamente demonstrados apenas em documentos).
- Continuação dos procedimentos de localização, classificação, atualização e promoção de registro dos processos administrativos que não se encontram nas pastas funcionais dos segurados;
- Análise para a melhoria da Estrutura Administrativa, visando a edição de um projeto de Lei com a proposta de uma estrutura moderna e funcional, garantindo avanço aos serviços administrativos do IPG, bem como oferecer um atendimento qualificado aos segurados e a população;
- Desenvolver Estrutura Organizacional de Cargos e Carreiras, além da realização de concurso público para o quadro funcional do Instituto.
- Programa de acolhimento aos novos aposentados: propõe orientar e preparar os servidores que irão usufruiu do benefício da aposentadoria a partir do ano de 2017, a respeito dos procedimentos do IPG com o





objetivo de aproximá-los e atenuar a fase de transição de vínculo com o serviço público.

- Organizar e promover o I Seminário Municipal de Previdência de Guarapari que consistirá em uma ampla reunião com os servidores para apresentar as modalidades e benefícios de aposentadoria, através de palestras, debates e workshops.
- Adquirir um veículo para atendimento aos serviços do IPG;
- Realizar estudo de viabilidade para aquisição de um terreno para implantação da sede administrativa do IPG;

#### 9. CONCLUSÃO

Ao finalizar esse relatório, a equipe do IPG entendeu que o ano de 2015, apesar das desfavoráveis condições do mercado financeiro, foi um exercício de realizações e crescimento, onde as metas foram alcançadas, projetos foram desenvolvidos e a atuação foi feita de forma a cumprir a visão, missão e valores que essa Autarquia preza; aprovando dentro dos seus esforços e estrutura o que dispõe a legislação em vigor.

Atuou como órgão Gestor Previdenciário Único do Município, visando à preservação e o crescimento do Patrimônio dos Servidores filiados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como Órgão de apoio e orientação auxiliar dos Poderes Executivo e Legislativo na construção das Políticas Públicas Previdenciárias do Município de Guarapari.

É o relatório que esta Diretoria Executiva apresenta.

Guarapari / ES, 20 de março de 2017.

José Augusto Ferreira de Carvalho Diretor Presidente do IPG





